

CONSUN ANALISA DEMANDAS REPRIMIDAS DA UNIVERSIDADE PELA FUNDASP

Mais uma vez, os principais debates do Conselho Universitário ficaram para a seção de informes. Antes de dar início à pauta da seção ordinária do Consun, a reitora Maria Amália Andery informou aos conselheiros as tratativas com a mantenedora para questões financeiras urgentes, cujo desenvolvimento está sendo bloqueado pela Fundasp.

Em primeiro lugar foi lembrado o caso da verba para pesquisas: desde o ano passado, os repasses que deveriam acontecer aos professores que tiveram seus projetos aprovados no Plano de Incentivo à Pesquisa, PIPEq, estão contingenciados em função da suspensão de diversas despesas anunciada pela Fundasp. Segundo informações da Secretária-Executiva da Fundação informou, o pagamento de diferenças salariais, decorrente da aprovação do reajuste salarial de 2023, acarretou uma despesa inesperada, o que justificaria o contingenciamento de verbas destinadas, por exemplo, à pesquisa, aos pagamentos de verbas rescisórias para docentes e funcionários, bem como acesso e promoção na carreira.

Nos últimos Conselhos Universitários, os conselheiros têm discutido como esse contingenciamento é danoso para a instituição, uma vez que a pesquisa é uma atividade primordial para a universidade, sem a qual, estatutariamente, ela não se viabiliza perante os organismos educacionais do

país.

Nesse sentido, no último Consun do semestre foi aprovada a redação de uma carta que expôs toda a situação anômala que este contingenciamento financeiro criou na universidade, carta essa encaminhada ao Grão-Chanceler Dom Odilo Scherer, para que ele se posicione sobre a questão. A reitora ouviu de Dom Odilo a sua intenção de ler com cuidado e se aprofundar sobre o tema para então se pronunciar.

Outra questão levantada sobre o contingenciamento refere-se à negativa da secretaria-executiva em aprovar o quadro de promoções e ingresso na carreira. No ano passado foi elaborado um projeto para promover cerca de setenta professores na carreira docente. Esse projeto não teve o aval nem da Secretária-Executiva nem de Dom Odilo Scherer. Uma proposta alternativa foi então reapresentada, reduzindo as promoções e ingressos para os casos de um ascenso – de auxiliar de ensino para mestre ou de mestre para doutor, mas essa proposta obteve nova negativa da mantenedora.

No Consun desta semana, a reitora propôs uma reunião extraordinária do Conselho, para as próximas semanas, no qual deverá ser apresentada pela reitora uma proposta mais enxuta, que contemple

**Continua
na página seguinte**

Sem justificativa, Fundasp cancela Parfor na PUC-SP

No Conselho Universitário, realizado em 11/09, foi informado o cancelamento do Parfor, Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica, informado pela Secretária Executiva da Fundasp à Faculdade de Educação.

O Parfor é uma ação da CAPES, que visa contribuir para a adequação da formação inicial dos professores em serviço na rede pública de educação básica por meio da oferta de cursos de licenciatura correspondentes à área em que atuam.

O curso é totalmente custeado com bolsas da Capes, que inclusive arca com valores para a manutenção de instalações da universidade que sedia o curso.

A Faculdade de Educação apresentou um projeto para a 2ª Licenciatura em Educação Inclusiva e foi a única instituição no Estado de São Paulo a obter o aval da Capes. O curso seria alocado no campus Ipiranga que, além da baixa ocupação de espaço, facilitaria o acesso aos estudantes de outras regiões, principalmente do ABC, cujas prefeituras já manifestaram interesse no projeto.

Depois de ser aprovado

internamente, passando pelos diversos conselhos da universidade, o projeto aguardava, neste semestre, a liberação final da Fundasp. Porém, a Secretária Executiva da mantenedora informou à reitoria que o curso foi vetado por ser deficitário.

A resposta da Fundasp foi lacônica e, mesmo com os pedidos de explicação sobre quais pontos do curso são deficitários, simplesmente negou a realização do curso, inclusive após a reitora, professora Maria Amália, enviar um pedido de reconsideração da decisão por parte da mantenedora.

A Capes também espera ansiosa o sinal verde da universidade e autorizou o início da primeira turma somente em março de 2025. A Faculdade de Educação, a exemplo dos conselheiros do Consun, também ficou perplexa com a atitude da Fundasp: “A Faculdade estranha esta atitude da Fundasp que, a exemplo de outras demandas negadas nos últimos meses, coloca em risco a própria existência da universidade”, disse a professora Madalena Guasco Peixoto, diretora da Faculdade de Educação.

Continuação da página anterior

unicamente a ascensão de mestres e doutores ao quadro docente da universidade.

A negativa ao Parfor

Outra questão que revoltou os conselheiros, principalmente os representantes da Faculdade de Educação, foi a negativa da Fundasp para a implantação na PUC-SP do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor).

Depois de um longo processo, a Faculdade de Educação da PUC-SP foi a única instituição de ensino do Estado de São Paulo a conseguir a aprovação para a realização de cursos para professores,

sem ônus para a universidade, uma vez que esta modalidade conta com a dotação orçamentária da Capes.

A Fundasp porém, sem nenhuma explicação plausível, vetou a realização dos cursos na universidade por considerá-los deficitários. No entanto, até mesmo os custos de utilização do espaço físico e energia são contemplados pela Capes, que destinaria à instituição dez mil reais por semestre por esse uso. Na reunião, além do posicionamento da reitora, as representantes da Faculdade de Educação mostraram seu descontentamento com a negativa: “Trata-se de um descaso da Fundasp para com a Faculdade de Educação”, afirmou a diretora da facul-

dade, profa. Madalena Peixoto. Já a professora Neide Noffs, representante docente da Faculdade, lembrou o tempo e a energia dedicados para que o projeto fosse viabilizado, atendendo todos os requisitos da Capes. (Veja matéria detalhada na página 1 desta edição).

Outros assuntos

A pauta normal do Conselho desenvolveu-se com a atualização dos regulamentos gerais das Pró-Reitorias de Graduação, Pós-Graduação e Educação Continuada.

A reitora também foi relatora dos Regulamentos dos Programas de Pós-Graduação. Estatutariamente, cabe ao Consun a homologação desses regulamentos. Dos 26

regulamentos encaminhados para a homologação, a reitora concordou com 25, restando para a aprovação somente o regulamento do Programa de Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, LAEL, da Faficla, sobre o qual a professora Maria Amalia discordou de uma cláusula referente a laboratórios. O encaminhamento dado foi que o Regulamento volte ao Cepe para os devidos acertos. A decisão foi aprovada por unanimidade pelos conselheiros.

O Consun deve se reunir extraordinariamente em data a ser anunciada para a discussão de uma nova proposta para a progressão e entrada na carreira docente, a ser viabilizada provavelmente na

Professores reclamam da mudança intempestiva de salas por conta das reformas no campus Monte Alegre

As salas de aula do Prédio Novo do campus Monte Alegre devem passar por uma série de reformas nos próximos meses. Neste mês de setembro, as salas do andar térreo foram interditadas e suas aulas transferidas para outras salas do mesmo prédio. As reformas incluirão a instalação de ar-condicionado, troca de forro, pintura e troca de cabeamentos para utilização das instalações de equipamentos eletrônicos.

As aulas que eram ministradas nesse pavimento foram transferidas e deverão acontecer principalmente em salas do quinto andar. As obras deverão durar 30 dias, contados do início da execução, findos os quais as turmas deverão retornar às suas salas de origem. Na sequência, o mesmo processo será iniciado no segundo andar e assim sucessivamente, até que todas as salas de aula do Prédio

sejam reformadas.

Professores que foram deslocados das salas nas quais iniciaram o semestre reclamam principalmente de inadequações tecnológicas para suas disciplinas nas salas novas. As transferências de salas para o quinto andar não apenas atingiram professores como alunos com deficiências várias, impossibilitados, muitos por motivo de saúde, de subirem escadas, sobretudo quando sabemos que nem sempre os elevadores estão funcionando. Nem todos os auditórios destinados a abrigar as turmas deslocadas possuem lousas adequadas para que as aulas sejam ministradas. Os professores também estranharam o modo abrupto com que as reformas foram iniciadas, no meio do semestre.

Ouvido pelo **PUCviva**, o diretor de campus Maykel Araujo argumentou que

contratos desta monta nem sempre podem ser fechados em períodos determinados como as férias, por exemplo. Maykel explicou que tanto a Reitoria como a Fundasp adotaram estratégias para que as aulas transferidas pudessem acontecer em situação semelhante à que transcorriam em seus espaços originais.

Assim, as salas do quinto andar foram pintadas e readequadas tecnologicamente para receber as turmas realocadas. Mas, no caso de problemas, os professores devem se reportar à direção de campus, que providenciará a adequação ou realocação do espaço. No limite, poderá ocorrer a mudança de sala do docente, mas este processo deverá ser adotado em último caso, uma vez que a lotação do Prédio Novo é grande, particularmente no turno da manhã.

Ministério Público realiza desagravo a favor do professor Eduardo Ferreira

Aconteceu, no dia 06/09, uma sessão solene do Ministério Público do Estado de São Paulo em desagravo a favor do professor da PUC-SP e Procurador de Justiça Eduardo Dias Ferreira.

O professor, que é integrante do Grupo Transforma, organizador da cerimônia, foi vítima de racismo em julho deste ano, quando, ao acessar a porta lateral de uso exclusivo de membros do Ministério Público e magistrados foi abordado por um policial militar à paisana, que o questionou de maneira rude, obrigando-o a passar pelo procedimento de detecção de metais. Ele era o único negro no local e foi o único abordado.

A cerimônia contou com a presença de vários magistrados, que lotaram a sala do MP e docentes, como Lucineia Rosa dos Santos, professora da PUC-SP.

Semana de Artes do Corpo homenageia Carlos Gardim

A XXI Semana Acadêmica das Artes do Corpo, que acontece entre os dias 16 e 19/09, prestará uma homenagem ao professor Carlos Gardim, falecido em 25/08.

Na quarta-feira, 18/09, às 10h45, os professores Christine Greiner, Fábio Cypriano e Cassiano Sydow Quillici (Unicamp) homenageiam Carlos Gardim lembrando da sua atuação fundamental na criação dos cursos de Jornalismo e Artes do Corpo da PUC-SP.

O evento acontece na sala Paulo Freire.

A Semana de Artes do Corpo é um evento voltado à celebração da expressão artística, oferecendo uma programação diversificada que inclui oficinas, palestras e apresentações nas áreas de dança, teatro e performance. As palestras e oficinas trarão à universidade profissionais do mundo artístico e acadêmico, como o ator e pesquisador Antonio Nóbrega. A programação completa do evento pode ser encontrada em

<https://encurtador.com.br/pfpFversificada>.

Trabalhadores do INSS em greve lançam campanha para cobrir salários

Em greve desde 16 de julho, os trabalhadores do INSS lançaram uma “vaquinha” virtual para obter fundos para a manutenção das famílias dos funcionários hoje paralisados

e que não estão recebendo salários.

As contribuições para os trabalhadores do INSS podem ser enviadas para a chave pix 5059317@vakinha.com.br.



Prezado colega Professor(a) RENOVAÇÃO ANUAL DA SUA ADESÃO AO QUADRO ASSOCIATIVO DA APROPUC! AINDA NÃO É ASSOCIADO? ASSOCIE-SE JÁ!

A Fundasp, a partir do Acordo Interno de Trabalho 2023/24 celebrado com a APROPUC/SINPRO, exigiu que o desconto associativo do professor em folha só será efetuado quando o docente manifestar sua concordância ANUALMENTE. No atual Acordo Interno, a APROPUC negociou que a manifestação de concordância poderá ser feita com assinatura simples, sem a necessidade de reconhecimento de firma. Para isso, acesse e baixe o formulário em www.apropucsp.org.br/ficha-de-associao e envie para apropuc@uol.com.br. Professores que

ainda não são associados, poderão preencher o mesmo formulário para efetuar a sua adesão ao quadro associativo da APROPUC. No último ano, os professores obtiveram ganhos significativos devido à luta da APROPUC contra as investidas da Fundasp para anular os direitos adquiridos dos professores. A diretoria da APROPUC, em constante vigilância e luta, juntamente com os professores reunidos em inúmeras assembleias e com apoio dos funcionários e estudantes, reverteu a tentativa, por parte da Fundasp, de reduzir o cálculo salarial das atuais 5 semanas para 4,5

semanas. No final do primeiro semestre de 2023, a alteração contratual proposta pela Deliberação do CONSAD 1/2023 que provocaria perdas substanciais ao conjunto dos professores, podendo gerar demissões, foi revertida a partir de pronta ação da APROPUC em conjunto com o SINPRO. Esses ganhos para os atuais professores demandaram altos custos jurídicos e investimentos em comunicação. A sobrevivência financeira da APROPUC está em jogo. Por isso, é fundamental que os docentes se manifestem e se associem.

A luta continua em mui-

tas outras frentes: inserção na carreira, professores demitidos no “limbo”, etarismo e outras. **PROFESSORA/PROFESSOR: RENOVE SUA ADESÃO À APROPUC! ASSOCIE-SE JÁ!** Maiores informações poderão ser obtidas pelo tel/WhatsApp: 11-3872 2685.

**Diretoria da APROPUC
PROFESSOR/A**

A APROPUC entregou às Faculdades os formulários para sua confirmação. Procure em sua Secretaria o impresso para a sua adesão.

Carta Aberta do Encontro Nacional de Professores e Estudantes das Universidades Católicas

Nos dias 7 e 8 de junho de 2024, o Sindicato dos Professores de Campinas e Região (Sinpro Campinas), da Associação de Professores da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (Apropucc) e do Centro Nacional de Estudos Sindicais e do Trabalho (CES) promoveram e organizaram o Encontro Nacional de Professores e Estudantes das Pontifícias Universidades Católicas, Universidades Católicas e Colégios de Aplicação a elas vinculados.

O evento foi realizado de forma presencial e remota, a partir de Campinas (SP), e teve o propósito de discutir os rumos tomados por essas instituições diante dos impactos do modelo neoliberal e dos interesses do mercado, inclusive no que se refere à formação de educadores e das humanidades, às condições de trabalho e aos modelos político pedagógicos adotados por elas nos últimos anos. Os rumos tomados por essas tradicionais instituições católicas foram o ponto de convergência de professores e estudantes de vários estados brasileiros e a motivação para a realização do Encontro.

O Encontro contou com a presença das seguintes entidades sindicais e dos movimentos sociais: CONTEE, FEPESP, UNE, UEE, SINPROS: Campinas, Santos, Goiás, Minas, São Paulo; Associações de professores das Pontifícias Universidades Católicas: de Campinas (Apropucc), Minas (Adpuc), Goiás (Apuc) e São Paulo (Apropuc). No centro dos debates esteve a identificação do estabelecimento, na atualidade, em tais instituições de ensino católicas, de um processo de tratamento dos estudantes - cidadãos titulares de direitos insuscetíveis de precificação - como clientes capazes de gerar dividendos, enquanto os professores e trabalhadores administrativos, por sua vez, tornam-se vítimas de um processo acelerado de precarização do trabalho e desmonte da carreira docente.

Diante desse cenário, os participantes do destacado Encontro lançam seu brado social em prol de novos rumos

para a educação superior católica, entendendo que essas preocupações estão em conformidade com a visão do Papa Francisco, expressa na entrevista publicada por National Catholic Reporter, em 19 de janeiro de 2024, segundo a qual cabe às universidades católicas, em todo mundo, contraporem-se à nefasta política da conversão da educação em negócio, bem como posicionarem-se firmemente, “ajudando os estudantes a descobrir suas vocações para contribuir com a paz e o aprimoramento da sociedade”. Em outras palavras, formar estudantes críticos, conscientes de seu papel social e político em prol de uma sociedade justa e fraterna.

A redemocratização no Brasil se deu em harmonia com a confecção de amplo tecido social constitucional, culminando com a Constituição cidadã de 1988. Paradoxalmente, nas décadas seguintes, as IES católicas começam a perder sua robustez e a qualidade que as diferenciavam de tantas IES privadas, com fins meramente lucrativos.

Lamentavelmente, as IES católicas, bastiões da resistência civil ao longo da ditadura militar, tornaram-se lugar comum, que não mais se distingue pela confiança, segurança jurídica e relações democráticas. Ao reverso, predominam a autocracia e a tecnocracia, com regras baixadas unilateralmente, à revelia de professores, administrativos e estudantes, como que a renegar o passado recente de construção coletiva, colaborativa e efetivamente participativa. Sob a alegação de resolver os problemas de endividamento, de déficit e de diminuição do número de estudantes nelas matriculados, ocorreram e ainda ocorrem várias intervenções na autonomia universitária.

Tais intervenções tiveram como objetivo a reestruturação e reformas internas, inclusive de direitos trabalhistas, além de ataque à participação democrática nos órgãos de decisão, com esvaziamento do poder deliberativo dos órgãos acadêmico-administrativos. As intervenções contaram com apoios in-

ternos, mas não sem encontrar grande resistência.

Dentre as modificações, destacam-se: reformas nos cursos, do que têm decorrido o seu empobrecimento em conteúdos e em carga horária; crescimento de cursos à distância; medidas de mudanças contratuais dos novos contratados (praticamente hora-aula e contratos temporários); rebaixamento do trabalho docente, promovendo-se desigualdades na carreira docente, aliada à imposição de demandas de trabalho que extrapolam a razoabilidade, pondo em risco a qualidade da pesquisa e do ensino ministrado, como, também, a própria saúde desses trabalhadores.

Destacam-se ainda a ausência de políticas de apoio aos cursos de humanidades e às licenciaturas, com a decorrente ameaça à suspensão ou ao efetivo encerramento desses cursos, confirmando a desfiguração do papel social dessas instituições na formação de professores.

Em considerável parcela dessas IES Católicas, senão em todas, constata-se a adoção de uma política de precarização das estruturas da carreira docente, retrocesso que lamentavelmente contraria sua história pregressa. À tal precarização do trabalho docente soma-se a ingerência na autonomia universitária, a descaracterização dos órgãos colegiados democráticos e participativos, a desconstrução de políticas e instrumentos institucionais, entre eles o Plano de Desenvolvimento Institucional, políticas acadêmicas, estatutos, regimentos e projetos políticos pedagógicos (PPP's).

As mesas de negociações coletivas, os representantes das IES católicas têm se associado aos grupos econômicos que fazem da educação mercadoria, com o nada republicano propósito de a cada ano rebaixar as já precárias con-

**Continua
na página seguinte**

Continuação da página anterior

dições de trabalho, que passam longe do conceito de trabalho decente, espasado e enfaticamente defendido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Patenteiam-se dois comportamentos distintos, no seio dessas instituições: o dos grupos que se unem para exigir regulamentação e também critérios de aferição de qualidade, buscando, pela luta política unitária, reverter a situação e sua manutenção como instituições diferenciadas e com padrão de qualidade; e, por outro lado, o dos que atuam à mesa de negociação fazendo coro com os gerentes do capital aberto e procuram usar de todas as artimanhas de precarização e reformas estruturantes para competir com as instituições mercadológicas. Lamentavelmente, nos últimos anos, estes últimos têm se fortalecido nos espaços de decisão administrativa em tais IES. É de todo lamentável que as IES católicas, verdadeiros bastiões da resistência à ditadura inaugurada com o Golpe de 1964, que, no passado, construíram e implementaram projetos político-pedagógicos coletivos e participativos, com carreira docente digna, valorização de trabalhadores e trabalhadoras e voltadas para a formação de jovens e adultos como verdadeiros cidadãos, tenham abandonado a democracia interna e suas relações com os movimentos sociais, precarizando relações de trabalho, deixando de dialogar com as entidades sindicais.

Ante a essas profundas mudanças regressivas, os participantes do Encontro, além de apontar com clareza esses descaminhos, defendem e lutam pela reconstrução de relações democráticas, de confiança e de trabalho dignos, para que se restabeleça a democracia nas IES católicas. Que elas sejam espaços de saber crítico, de ciência e reflexão, indo ao encontro com as aspirações da juventude atuante, buscando fazer com que seus trabalhadores e trabalhadoras tenham motivação para

exercer suas funções com dignidade, certos de que são molas mestras nessa retomada.

Para tanto, há imperiosa necessidade de que pautem sua conduta por:

I. Em garantia aos princípios constitucionais, efetiva valorização de seus estudantes, docentes e funcionários, com condições dignas para estudar e trabalhar em ambiente que cultue o diálogo e as relações democráticas, que propicie a liberdade de aprender e ensinar e que assegure a pluralidade de ideias e o livre debate sobre diferentes concepções pedagógicas;

II. Respeito às entidades de organização dos estudantes e trabalhadores e de seus acordos coletivos;

III. Comprometimento com as demandas sociais, fortalecendo a pesquisa e extensão e com disponibilização de vagas, em seus cursos, para as pessoas oriundas das camadas populares, com vestibulares sociais, vagas PROUNI, Fies Social e bolsas institucionais próprias;

IV. Valorização dos cursos de humanidades, das licenciaturas, da Pedagogia e demais áreas de saber e a formação docente, hoje tão desprestigiadas e relegadas a plano inferior;

V. Realização efetiva de serviços e trabalhos extensionistas em apoio às comunidades periféricas, com disponibilização dos conhecimentos produzidos para o povo;

VI. Implementação de políticas avaliativas de qualidade da educação, visando à preservação das IEs livres e autônomas, pondo freio definitivo à ação predatória de conglomerados.

Para nós docentes, estudantes, movimentos populares e sociais do Brasil, é urgente que as Pontifícias Universidades Católicas, que as Universidades e Colégios de Aplicação Católicos assumam, realmente, esse conjunto de compromissos. Enfim, que coloquem em prática o que orienta o Papa Francisco, destacado no Pacto Global para Educação de 2019: ...“reavivar o com-

promisso em prol e com as novas gerações, renovando a paixão por uma educação mais aberta e inclusiva, capaz de escuta paciente, diálogo construtivo e mútua compreensão, convidando todos a unir esforços numa ampla aliança educativa para formar pessoas maduras, capazes de superar fragmentações e contrastes e reconstruir o tecido das relações em ordem a uma humanidade mais fraterna – uma educação humanista atualizada”.

Buscamos um futuro democrático para as IES católicas:

1. Que elas reforcem a educação crítica, humanista e o papel social de seus cursos e instituições;

2. Que fortaleçam a democracia interna e a autonomia acadêmica das suas mantidas;

3. Que sustentem o ensino, pesquisa, extensão e conexão, articulados e com qualidade;

4. Que assumam um papel político diferenciado que dê condições de elaboração de projetos de fortalecimento dos cursos socialmente referenciados.

Destacamos que as contribuições ao debate dadas pelo Encontro Nacional de Professores e Estudantes das Pontifícias Universidades Católicas, Universidades Católicas e Colégios de Aplicação, não se esgotam nesta primeira edição. Temos plena consciência das dificuldades impostas pela realidade objetiva da Educação brasileira e do quão complexo é enfrentar o avanço do pensamento mercantilista sobre as instituições do Ensino Superior. Mais: sabemos quanta energia nos custará reverter este processo.

Confiamos que há caminhos possíveis – e alguns deles, apontados no Encontro, estão citados neste documento.

Cabe a nós, docentes e estudantes interessadas/os em uma Educação realmente voltada à cidadania, construirmos as condições para uma mobilização nacional que esteja à altura deste desafio.



Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP

Edição: Valdir Mengardo

Reportagem e Fotos: Sthefane Mattos

Revisão: Marina D'Aquino

Arte /Editoração : Valdir Mengardo e Ana Lucia Guimarães

Conselho Editorial: João Batista Teixeira da Silva, Elaine Alves Trindade, Victoria C. Weischtordt, Jason T. Borba, Pedro Henrique Carneiro, Maria Helena Gonçalves Soares Borges e Sandra Costa

APROPUC: Rua Bartira, 407 - Cep 05009-000 - Fone 3872-2685

AFAPUC: Rua Ministro Godoy, 1055 - Fone 3670-8208

PUCviva: Fone/WhatsApp: 3872-2685

Correio Eletrônico: pucviva.jornal@uol.com.br

Pucviva na internet: www.apropucsp.org.br